

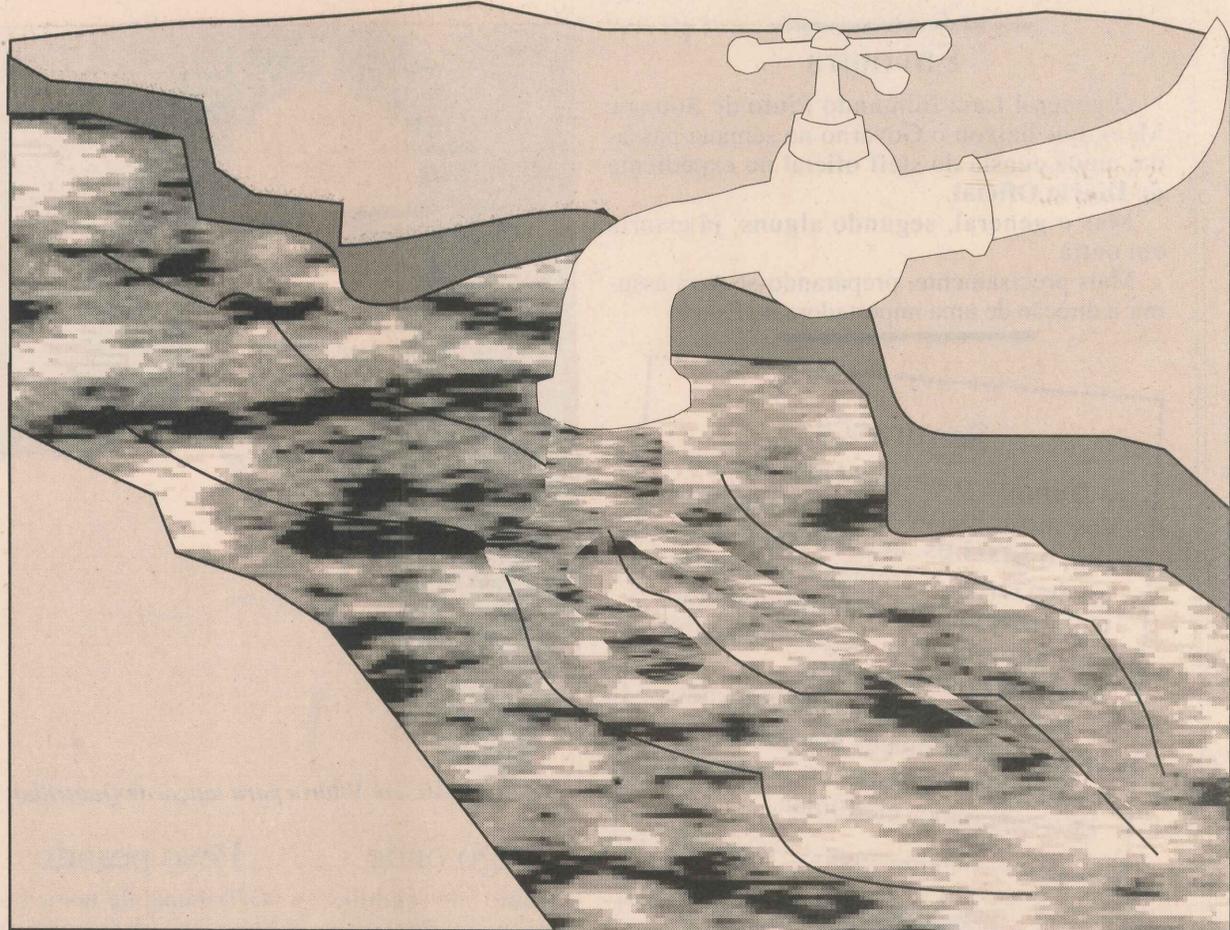
Abrindo gavetas

Diane Varanda Rangel

"Do Consórcio Santa Maria-Jucu, tenho lido notícias esparsas, será que foi extinto? Desapareceu discretamente ou está na gaveta de algum órgão oficial devido a problemas políticos?". É o que algumas pessoas não tão próximas têm me perguntado ultimamente. A essas tenho tido oportunidade de explicar, mas à sociedade capixaba, que foi tão envolvida na época de nossa criação, acreditamos ser necessário esclarecer questões maldivulgadas, mostrar que as gavetas jamais estiveram fechadas, pelo menos, não com nós dentro.

Em 1987 o Governo do Espírito Santo criou um grupo de trabalho para realizar estudos sobre nossos recursos hídricos. Nesse estudo ficou demonstrado que em algumas bacias hidrográficas seria necessário uma intervenção mais direta, a fim de garantir o abastecimento de água para os capixabas a médio prazo. Dentre essas bacias estavam as dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória. Em 1990, o governo do Estado, a Companhia Vale do Rio Doce e as prefeituras dos municípios banhados por esses rios assinaram um protocolo de intenções para efetuar a recuperação desses recursos naturais. Foi realizada então, no período de um ano, uma grande campanha de mobilização junto às comunidades das regiões servidas pelas bacias para levantamento e enfrentamento dos problemas, o que culminou na criação do Consórcio Intermunicipal para Recuperação das Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu. Essa organização teria o objetivo de recuperar e preservar essas duas bacias.

A campanha desenvolvida foi muito importante como ponto de partida, mas, por outro lado, criou-se uma grande expectativa em todos os segmentos, expectativa essa que não puderam ser atendidas por não estar o projeto acoplado a mecanismos de financiamento de suas ações e a uma falta de política e legislação para a gestão dos recursos hídricos no Estado. Não estava claro tampouco, naquele momento, o papel específico do Consórcio, pois pela lei de criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (1988) sua gestão seria papel exclusivo daquela pasta. Qual era o status do Consórcio? Seria uma instituição executiva? E como ficariam as instituições que já tinham esse papel? Nessa fase de grandes discussões, a Companhia Vale do Rio Doce, que até então era o maior agente financeiro considerou cumprido seu papel com a criação do Consórcio. E então? O que fazer? Tínhamos um extenso programa de trabalho, vontade política de muitos prefeitos, mas faltava o financiamento. Dessa fase veio um enorme ganho social, a consciência da população e a respeito do problema, e outro, talvez maior, que foi a transparência dos que detinham um mandato executivo de que os problemas eram regio-



nais, e que as soluções teriam que ser da mesma forma.

A troca de experiência entre os técnicos dos municípios tornou-se intensa, o que ocorre até hoje, pois os laços foram solidificados ao longo do tempo. Isso, para muitos, pode parecer pequeno, mas é enorme no dia-a-dia de nossos trabalhos. Hoje, temos técnicos de municípios ajudando a outros, por exemplo, técnicos da Prefeitura de Vitória trabalhando em projetos de humanização de municípios da região serrana, de Santa Maria de Jetibá na diversificação de produção com manejo de solo, e muitos outros, cada município dando ao outro o que tem de melhor.

Outros grandes avanços foram o estabelecimento de parcerias com a CST, Aracruz Celulose, Emater, Cesan, Escelsa, o ITCF, Emcapa, Seama, Instituto Jones, Ufes, Ministério Público e outros mais, além da participação da sociedade civil na elaboração do plano de trabalho, execução de algumas atividades e fiscalização de outras.

Somente com o Consórcio Santa Maria-Jucu pudemos juntar todas as instituições que atuam nas áreas das duas bacias para que os planos de atuação fossem discutidos em conjunto.

Problemas? Tivemos muitos. Cobranças? Enormes. Mas a busca de resultados sempre foi a nossa meta, e vamos trabalhando

sem alarde, como na fábula do beija-flor apagando o incêndio... fazendo a nossa parte.

Então vieram as eleições municipais de 1992. Era preciso apresentar o Consórcio Santa Maria-Jucu aos candidatos, foi aí que veio a grande crise, pois nos primeiros meses de mandato os prefeitos precisavam se adequar à máquina administrativa e à realidade de seus municípios e o Consórcio ficou em segundo plano, chegando até a ameaçar a manutenção de nossas atividades. Foi necessário mudar.

Esse conselho estabelece as diretrizes de trabalho, e definiu, logo de partida, a necessidade de começar o trabalho pelos municípios de cabeceira (Santa Maria de Jetibá,

Santa Leopoldina, Domingos Martins e Marechal Floriano). No diagnóstico realizado sob a coordenação do Consórcio, com a participação da comunidade

e empresas, ficou claro que um dos grandes problemas das duas bacias era a falta de saneamento, foi solicitada à Cesan uma maior atenção para a solução do problema, pelo menos nas áreas de maior impacto. Temos hoje o Prodespol, para a despoluição do litoral do Estado, tendo como base as bacias dos rios Jucu e Santa Maria. Reflorestamento? Plantamos de 1993 a 1995 nada menos que 120 mil mudas de plantas nativas, e até fevereiro do ano que vem serão mais 73 mil. É importante observar que o Consórcio,

junto com o ITCF, a Aracruz Celulose, Emater e secretarias municipais de Agricultura e de Meio Ambiente, doa as mudas e dá apoio técnico, cabendo ao proprietário o plantio e manutenção.

Em relação aos resíduos sólidos, implantamos junto às prefeituras de Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Domingos Martins a coleta seletiva de lixo, e buscamos alternativas para solucionar o problema dos depósitos. Nos municípios de Viana, Serra e Vila Velha estamos em fase de planejamento para trabalhar com coleta seletiva de lixo, inicialmente, em alguns bairros mais problemáticos.

A área de educação ambiental tem sido um de nossos alvos principais, pois é a única alternativa para mudarmos e construirmos novos conceitos. Dessa forma estamos trabalhando tanto na formação de professores quanto na informação a produtores e comunidades, o que ocasionou uma redução no número de multas por desmatamento, por exemplo.

Temos muitas outras pequenas coisas sendo realizadas, mas o nosso objetivo é o envolvimento de todos em busca de soluções para o desenvolvimento e conservação ambiental de nosso Estado, pois um sem o outro não se sustenta. Dessa forma, convidamos todos a participar do Consórcio Santa Maria-Jucu. Só assim poderemos garantir a preservação de nossos recursos naturais e melhor qualidade de vida para todos.

Diane Varanda Rangel é secretária-executiva do Consórcio Santa Maria-Jucu

‘ O estatuto foi alterado permitindo o acesso de novos sócios ao Consórcio, com direito à participação no Conselho de Prefeitos ’